

NARITA, F. Z.; MORELOCK, J. **O problema do populismo**: teoria, política e mobilização. 1. ed. Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2019. 80 p.

César Alessandro S. Figueiredo<sup>1</sup>

O populismo é um termo que emerge com força neste início do século XXI. Tratado outrora como um conceito político do passado e associado a países periféricos, este tema vem à luz neste limiar de século, trazendo novos questionamentos. No livro *O problema do populismo: teoria, política e mobilização* (2019), seus autores, Jeremiah Morelock e Felipe Zioti Narita, não pretendem buscar obviedades e tampouco responder deterministicamente a este escopo teórico. Muito pelo contrário, lançam mão de diversos aportes e autores para evidenciar as várias facetas do populismo. Nessa empreitada intelectual, conseguem a façanha de capturar o leitor para o tema; a partir de indicações bibliográficas consistentes, convidam-nos a aprofundar acerca do objeto, sem antes deixar de esmiuçar com maestria um referencial teórico extremamente refinado.

Para conseguir esse intento, primeiramente, convém explicitar a forma de abordagem do problema que os autores trabalharam nesse livro, uma vez que procuraram capturar explicações (sem esgotá-las) a partir de uma espécie de constelação teórica, muito próxima da compreensão dialética de Theodor Adorno (2003). Essa perspectiva teórica e metodológica, segundo os autores, permite que se possa ir explicando o objeto como se o pensamento teórico o circulasse e o envolvesse, mas sem abri-lo totalmente, ou seja, como se fosse um cofre em que o vetor teórico não pode ser aberto por única chave (p. 26). Assim, um primeiro *insight* teórico vai levando a outro, buscando-se uma circularidade dialética adorniana, sem necessariamente chegar a um fecho explicativo unívoco – visto que Morelock e Zarita não possuem o objetivo de buscar um veredito final único do conceito de populismo. Com essa empreitada, os autores têm o mérito de lançar luzes sobre diferentes regiões e conexões desse conceito, buscando, assim, um aporte multidirecional e dinâmico, aguçando a leitura acerca do tema.

A partir desse prisma, no capítulo 1, começam enfocando as diversas formas de governos e mandatários que vêm modificando

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política/UFRGS. Prof. Adjunto da UFT, no Departamento de Ciências Sociais. E-mail: cesarpolitika@gmail.com.

substancialmente os modelos institucionalizados das democracias liberais neste início de século XXI. Esses novos modelos emergentes, carecem, com certeza, de explicações mais robustas acerca da forma desses regimes. Os autores salientam que alguns analistas políticos, alhures, precipitadamente, lançam mão de explicações em denominar esses regimes como sendo populistas; no entanto, segundo Narita e Morelock, isso ainda carece de conteúdo explicativo, visto que a multiplicidade das formas desse conceito não se esgota apenas dentro da rubrica populista. Não obstante a prudência epistemológica exigida, esses analistas políticos apressadamente sentenciam que o populismo já ameaça as democracias liberais, numa ampla crise sem precedentes. Fazendo o uso das ponderações necessárias, Morelock e Zarita salientam que “não estão lidando apenas com mudanças políticas, mas com amplas transformações sociais”, sendo esse o argumento central dos autores (p. 20). Nesse aspecto, frisam que a discussão do populismo não se deve somente a fenômenos dos sistemas políticos, mas, sem dúvida, a processos socioculturais mais amplos e profundos (p. 21).

Construindo uma narrativa consistente a fim de buscar entender esse conceito, salientam a criação do personagem coletivo “povo” e o tratamento desse como o personagem principal que impulsiona os movimentos populistas. Melhor explicando, enfatizam que esses movimentos de contornos populistas emergem através de uma narrativa de resistência desse “povo”, visando defendê-lo contra as elites exploradoras. No tocante à noção de “povo”, devemos evidenciar que ela surge, segundo os autores, a partir das crises de representação, obviamente, próprias do movimento pendular da sociedade, sendo que poderíamos inferir que estamos diante de um fenômeno extremamente dialético e inerente à sociedade. Assim sendo, aproveitando dessas crises sistêmicas e estruturais, esse “povo” é capturado para dentro da narrativa populista, como se existisse uma moralidade particular que jogaria o “povo” contra a elite.

Ademais, devemos ressignificar esse “povo” como uma categoria imaginada e construída a partir de seu antagonista principal, qual seja, a “elite/oligarquia/burocracia” – melhor dito, todas as formas expressas e consolidadas do *status quo* dominante e que possam ser confrontadas por esse personagem construído que é o “povo”. Nesse cenário conflitivo e no anseio de potencializar essa nova força, emerge um líder que consegue, na visão do “povo”, ser a síntese dos anseios coletivos contra uma elite desgastada. Portanto, com esse líder constrói-se uma nova diretriz e emerge

uma nova bandeira de luta. Logo, se estabelecesse, a partir desse nível conflitivo, uma vida cotidiana permeada pelas divisões sociais e suas ramificações políticas, com uma nova normalidade, em que “o protesto político vira modo de vida e o modo de vida é um protesto político” (p. 24).

Buscando caracterizar o populismo do século XXI, os autores, no capítulo 2, procuram diferenciá-lo das matrizes explicativas do populismo latino-americano dos anos 1940 e 1950. Entendem que o modelo de outrora fora extremamente reificado pela academia, principalmente a partir dos estudos clássicos de autores que se debruçaram sobre o tema. Nessas décadas, os estudos abarcavam sobremaneira os políticos que possuíam um forte verniz carismático, propensos às políticas nacional-desenvolvimentistas próprias do período. Buscando uma diferenciação, sem procurar comparações com essas raízes deterministas, especialmente visando fugir de esquemas desenvolvimentistas e mesmo da teoria da dependência, os autores exploram a emergência de novos líderes populistas no final da década de 1990 e início do século XXI.

Assim, destacam que líderes “neopopulistas” foram construídos no seio da hegemonia neoliberal dos anos 1990 e 2000, precisando, portanto, ser explicados com mais apuro à luz do tempo recente. Tal carência explicativa se deve, principalmente, ao fato de que esses líderes mobilizam o “povo” contra os sistemas partidários já estabelecidos, imprimindo, sobretudo, uma cruzada moral contra a corrupção dos governos através da ação coletiva popular. Nesse sentido, demonstram como, através da lógica de empoderamento promovida pelo (e para o) “povo”, esses líderes podem deslizar para o autoritarismo, justificando a defesa de uma moralidade e, assim, reforçando a construção de instrumentos arbitrários.

Esse gradiente de forças definirá muito bem uma exclusão recíproca: de um lado, o “povo”, com sua liderança representada e emergida por meio de ação coletiva; de outro, a elite, com todas as formas perniciosas que ela pode representar. Dessa forma, nesse campo de força extremamente opositivo, em prol do “povo” e do seu líder emergente, serão válidas todas as formas e ações de coerção, justificadas com o fito de buscar uma coesão pela força e a consolidação do seu modelo de governo. Essas coerções, sejam legais, físicas ou psicológicas, são estabelecidas com a finalidade principal de eliminar o indesejado (elite opressora) e sedimentar esse novo modelo emergido através dos

anseios vocalizados pelo “povo” em comunhão orgânica com o líder. Em síntese, com esse cenário autoritário e com uma liderança que representa esse “povo”, tornar-se-ia válido, portanto, a busca de uma homogeneização através de instrumentos coercitivos e não do consenso democrático.

No capítulo 3, os autores aprofundam o entendimento acerca do populismo, com o aporte de termos habermasianos e de Immanuel Wallerstein. A partir de Habermas (1991), destacam que dois movimentos estão vinculados à constituição desse populismo, quais sejam: a alienação da relação *sistema/mundo da vida* e o problema da representação de subgrupos na esfera pública. A partir da referência a Wallerstein (1993), enfatizam que

a estruturação do moderno sistema-mundo ocorre sobre um conjunto de mudanças responsáveis pela produção de novas pressões socioculturais à luz das condições de integrações social impactadas pelos rearranjos socioeconômicos. (p. 35).

Sobre esse autor, torna-se pertinente grifar que as abordagens sociológicas de Wallerstein são baseadas em duas camadas interdependentes e que se conectam: 1) *a posição estrutural* dos elementos (nações, regiões etc.) de um sistema-mundo integrado pela infraestrutura capitalista e 2) pelo valor a uma *dinâmica história* de formação desses sistemas, configurando juntas o dinamismo estrutural desse sistema-mundo.

A partir dessas camadas, Morelock e Narita expõem atentamente como o “sistema-mundo moderno é identificado como sistema-mundo capitalista, na medida em que a circulação do capital e a produção do valor são momentos-chaves para as transformações e giros modernizadores nas sociedades contemporâneas” (p. 35), do mesmo modo como foram as mudanças historicamente compreendidas no mundo do trabalho. Destacam, ainda, que essas mudanças são integradas e não fechadas em si mesmas, fomentando, por conseguinte, sistemas socioeconômicos interligados e dando origem, conseqüentemente, a eixos e arranjos dinâmicos hierarquizados próprios desse sistema-mundo. A partir dessas integrações socioeconômicas, os países e regiões, portanto, tornar-se-iam hierarquicamente divididos em centros, semiperiferias e periferias. Assim, segundo os autores, à luz desse dinamismo estrutural hierarquizados, os movimentos populistas ganharam corpo e explicações. Por exemplo, nos anos 1940 e 1950, na América

Latina, seriam justamente essas disjunções periféricas e semiperiféricas latino-americanas as condicionantes que fomentaram e instrumentalizaram o *modus operandi* desses governos populistas.

No entanto, asseveram os autores do livro que convém mais uma vez enfatizar que não confinam o populismo exclusivamente a fenômenos históricos marcados por arranjos desenvolvimentistas, pois frisam que o populismo não é apenas representado por uma etapa histórica no desenvolvimento do capitalismo em regiões (semi)periféricas. Ou seja, o que os autores pretendem com o trabalho não é buscar as razões históricas do nascimento do populismo, mas sim propor uma agenda teórica para análise do conceito. Nesse sentido, as explicações atuais têm que dar conta das mobilizações populistas dentro da agenda neoliberal e, principalmente, das promessas políticas antissistemas que estão em curso, principalmente as que provocam (re)arranjos nesse sistema-mundo e giros modernizadores na sociedade contemporânea.

Acrescentam os autores que os movimentos populistas, assim como as formas polarizadas a eles associadas, são também momentos para a produção de identidades e narrativas coletivas: a nação, o povo, a etnia, sempre num confronto dialético contra o *establishment* político outrora consolidado. Por conseguinte, esses movimentos se estabelecem como um espaço político extremamente saturado de polarizações, fomentadas justamente para irromper e erigir uma nova hegemonia ideológica alicerçada no (e para o) espectro do populismo. Buscam, portanto, nesse universo exacerbadamente polarizado, tensionar ao máximo, especialmente com vistas a capturar as narrativas coletivas sob a bandeira do “povo”. Deve-se ainda salientar que esses movimentos coletivos crescem, surgem e são fomentados, sobretudo, nesses ambientes políticos conflitivos, com desconfiças e com fraqueza nas representações coletivas, exatamente dando brecha para a assunção de líderes populistas com vistas a carregar a bandeira das demandas do “povo”.

Buscando trazer mais robustez teórica ao conceito, no capítulo 4 apontam muito detidamente que movimentos populistas são, ao menos em parte, uma resposta aos impactos anômicos das rápidas mudanças da sociedade. Enfatizam, ainda, que esse processo eruptivo gera um *gap* entre as estruturas institucionais de tomadas de decisão consolidadas do *mainstream* e os anseios coletivos representados pelo “povo”. Desta forma, como há esse

*gap*, os líderes constroem um referencial performativo para capturar esses anseios e ser os novos representantes desse “povo”.

Partindo desse pressuposto de tomada de decisões e representações coletivas autovinculadas em nome do “povo”, os autores, também, procuram decifrar os artefatos performativos populistas e como eles alimentam as dicotomias sociais já estabelecidas, principalmente reificando-as e alimentando-se delas, com vistas a mobilizar polarizações na esfera pública. Polarizações moderadas são comuns e muito saudáveis na esfera política, especialmente se prevalecer o consenso para o refino da democracia; no entanto, como apontam os autores, em momentos políticos populistas verificamos que essas polarizações são extremadas, performando uma espécie muito particular de polarização discursiva. Os autores salientam dois movimentos: 1) por um lado, “o povo” e o líder tentam atacar a elite, visando construir uma homogeneização artificial e perigosa *anti-establishment*; 2) por outro lado, tão perigoso quanto o anterior, ocorre uma tentativa de reduzir a diversidade, visando a homogeneizar a sociedade e criando marcadores identitários conflitivos entre dois polos bem específicos (nós/eles).

Essa politização esgarçada, bem como a polarização extremada entre nós (“povo”) e eles (elite corrupta ou *establishment*), são fomentadas por esse modelo de populismo, que reforça um apelo por uma falsa unidade social. Num diálogo teórico com Deleuze e Guattari (1980), os autores enfatizam que essa dicotomia sai do universo da política institucional, assim como do confronto direto com o *establishment*, tendendo a se fragmentar nas formas mais detidas de socialização, sendo denominado de micropolítica, que seria aquele campo que está longe de ficar confinado a seara institucional ou à superfície da realidade social, pois o populismo tende a estender esta micropolítica, conforme referido, para as partes mais elementares da socialização (p. 47). Morelock e Narita não aprofundam as discussões acerca do conteúdo conceitual de micropolítica. Contudo, indicam que o político deve ser concebido de forma mais ampla, ou seja, não apenas como esfera do institucional, mas como um conjunto de práticas difusas e com discursos que fermentam polarizações para além dos canais tradicionais.

Nesse gradiente, os autores nos convidam a observar as formas de ascensão recente do populismo de extrema-direita na Europa e nas Américas, principalmente analisando como as “mídias se tornaram arenas de engajamento em que os antagonismos e os

apelos de homogeneização forçadas são reforçadas e difundidas” (p. 48). Nessas novas práticas, as mídias sociais e o meio digital não são apenas meios de comunicação, pois incorporam relações sociais específicas e produzem novas formas de constrangimentos públicos. Ou seja, fomentam o carisma e a imagem de líder populista, ancorados em uma devoção quase irracional do “povo”, visando demonstrar que apenas a unidade patrocinada por ele pode salvar a nação e torná-la “novamente grande”.

No capítulo 5, Morelock e Narita dialogam com maestria com a teoria de Julia Kristeva (1982), demonstrando como, em situações nas quais emergem líderes com contornos populistas e com verniz autoritário, há uma performance, por parte desses líderes, com ênfase na polarização e na alteridade com o grotesco, com o bárbaro e com o primitivo. Os autores apontam que “a exacerbação desses traços estéticos de desgosto ocupa um lugar importante na teatralidade da performance na política de massas” (p. 54). Há, igualmente, uma ênfase anti-intelectualista, uma tendência anti-cultura, uma vez que, para esses líderes, tudo o que diz respeito ao universo da cultura, da universidade, da estética refinada etc. está vinculado ao mundo da elite, ou seja, está contido pelo *establishment* (universidades, intelectuais, partidos políticos, mídia, *mainstream* etc.), que é considerado falido e permissivo, como se todas essas instâncias fossem fomentadoras do *grand monde* político que falhou. Dessa forma, a fim de denegrir e estilhaçar com esse mundo consolidado, lança-se mão de uma infinidade de *fake news*, bem como de todo o sortilégio de revisionismos que pregam o fim das instituições, afundando com a racionalidade humana mais elementar.

Nesse cenário, em que procuram romper com a razão, o veredito final será sempre o do líder, vislumbrando, para o “povo” que o segue, a volta de uma Idade de Ouro perdida, a busca de homogeneização e a construção de uma comunidade ética supostamente superior. Ainda convém ponderar, seguindo o argumento dos autores, que nem todos os líderes populistas são passadistas, pois depende muito do matiz do líder; tampouco podemos dizer que todos são autoritários, já que alguns podem ser igualitários e libertadores. Perseguindo a constelação teórica adorniana, Morelock e Narita enfatizam que movimentos populistas dirigidos a causas mais humanistas partilham também de um perigoso potencial de deslizamentos para caminhos autoritários.

Finalizando o livro, no capítulo 6, os autores retomam os conceitos abordados, sempre buscando evidenciar a pretensão de apresentar uma constelação teórica, principalmente evidenciando os elementos estruturais mais significativos da construção de “povo” e sua mobilização antagônica contra a elite. Nesse momento, na medida em que o texto já fora extremamente bem delineado, fica mais claro que o populismo não é exclusivo da direita, nem da esquerda, de acordo com os autores: “o conteúdo da política populista depende das clivagens políticas que produzem identidades coletivas de “o povo” e da forma que administram os dispositivos de poder” (p. 59). Mas os autores salientam que as formas de mobilização, tanto à esquerda quanto à direita, possuem algumas diferenças: 1) a esquerda progressista deve mobilizar “o povo”, especialmente o precariado, para um levante contra as oligarquias globais e ainda visa, sobremaneira, a inclusão política das diferenças com vista a um povir de empoderamento; 2) a direita, por sua vez, politiza e satura o meio social com a disseminação do ímpeto autoritário dirigido contra as pressões culturais pluralistas (p.67).

Tanto um cenário quanto o outro são perigosos, justamente porque aquilatam polarizações diluídas (ou ativadas) na micropolítica populista, exatamente com o fito de forçar uma homogeneização social. Nesse cenário conflitivo, quem puxa o gatilho, acionando o conflito, é o próprio líder, uma vez que ele se alimenta precisamente dessa polarização com a desculpa de defender “o povo” de um inimigo imaginário ou mesmo real.

Buscando concluir o livro e com o intuito certo de contribuir com a discussão necessária sobre o tema, os autores elaboram uma síntese: 1) definiram o populismo como a ascensão de um grupo autodenominado “povo”, contra um inimigo nomeado “elite”; 2) posteriormente, definiram o autoritarismo como uma tentativa de homogeneização forçada, de modo que o populismo e o autoritarismo se encontram. A partir desse norte, desenham uma série de constelações teóricas enunciadas ao longo do livro, como um eixo muito bem estruturado para estudo. Destaco, nesse aporte teórico e metodológico, que os autores foram muito pedagógicos ao exemplificar através de *cases*, bem como em consubstanciar feixes teóricos explicativos, de modo que os leitores pudessem trazer para o seu *background* intelectual as chaves para aberturas teóricas a partir dessa constelação dialética adorniana. Ainda – e talvez o mais importante –, conseguiram sair dos esquemas desenvolvimentistas de meados do século XX e ampliaram a discussão para um diálogo profícuo



O problema do populismo

com novos autores, refinando a leitura com grande vigor intelectual.

## Referências

ADORNO, Theodor. **Negative Dialektik**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux**. Paris: Éditions de Minuit, 1980

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society**. Cambridge: MIT Press, 1991 [1962].

KRISTEVA, Julia. **Powers of horror: an essay on abjection**. Nova York: Columbia, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Historical capitalism with capitalist civilization**. Nova York: Verso, 1993.